

Fortes chuvas devem atingir o Estado e agravar as cheias

Maior volume de precipitação ocorre entre sábado à noite e domingo

/ CLIMA

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Logo após um pequeno arrefecimento do nível dos rios nesta quinta-feira, a tendência para o final de semana é de que as fortes chuvas piorem a situação das cheias no Estado. De acordo com a Metsul Meteorologia, trata-se de um “quadro potencialmente muito delicado em diversas cidades”. A situação se dá pelo contraste térmico entre duas massas de ar – uma mais quente, entre Santa Catarina e Paraná, e outra mais fria, na Argentina. A sexta, no entanto, será de tempo seco e firme em todo o Rio Grande do Sul, afirma a meteorologista Estael Sias.

Com diversos níveis de rios acima das cotas de alerta e inundação, a instabilidade faz com que moradores de regiões urbanas redobrem a precaução. Zonas como Missões, Planalto Médio, vales, Serra, Grande Porto Alegre e Litoral Norte correm riscos de alagamentos. O mau tempo ganha força na manhã de sábado, e se estende ao longo do dia, com fortes chuvas em todo Estado, à exceção da fronteira com o Uruguai. Isso significa que, mesmo com a redução do nível das águas prevista pelo Grupo de Pesquisas Hidrologia de Grande Escala (HGE) do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Ufrgs, o cenário de enchente deve piorar.

Estael explica que os novos



Instabilidade deve afetar zonas urbanas e causar repique nos rios

alagamentos, neste primeiro momento, devem ocorrer por conta das chuvas, e não pelos rios. Na Capital, são costumeiras as cenas de bueiros transbordando e casas de bomba sobrecarregadas. Não ocorreu apenas nas enchentes de maio do ano passado, mas também em outros temporais.

No entanto, ao longo da próxima semana, é esperado um repique dos rios por conta do volume de precipitação que, além do sábado, também será intenso na madrugada e manhã de domingo. No recorte de 12h, alguns pontos do Rio Grande do Sul podem receber acumulados equivalentes ao volume de um mês de chuvas, na casa dos 100 mm a 150 mm.

No restante do domingo, a “chuva vai ocorrer com os níveis elevados dos rios na Região Metropolitana e com os sistemas de bom-

beamento da macrodrenagem urbana saturados pelas cheias dos rios, o que pode dificultar ainda mais a absorção da água”, salienta a MetSul.

Outro ponto de atenção para o final de semana está no Rio Taquari, que costuma registrar altas violentas e desemboca no Guaíba, impactando a Capital. Em relação a outras duas ondas de vazão, é alta a probabilidade de superar a primeira, o Taquari chegou a 23m em Lajeado, e excederá a segunda (repique) que teve 18 metros”, alerta a companhia de meteorologia. Ainda assim, não há expectativa de algo parecido com as enchentes de 2024. Ainda nesta quinta, na medição das 17h, o Guaíba marcou 3,38m na Usina do Gasômetro – 22cm abaixo da cota de inundação e 6cm a menos em 24h. Já no Cais Mauá, são 2,91m, 9cm abaixo da cota de inundação.

Cheia faz Guaíba refluir pelos bueiros no Quarto Distrito e Praia de Belas

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A subida do Guaíba nos últimos dias voltou a provocar o refluxo das águas pelos bueiros e pontos de drenagem do Quarto Distrito, em Porto Alegre. Segundo moradores, o fenômeno começou ainda na sexta-feira, dia 20 de junho, e se intensificou entre terça e quarta-feira desta semana, quando o lago atingiu a cota de inundação no Cais Mauá. Desde então, ruas como Voluntários da Pátria, Álvaro Chaves e Almirante Tamandaré, além da avenida Polônia, registram pequenos alagamentos, mesmo sem nova ocorrência de chuva forte.

Morador da região desde a década de 1960, o comerciante Carlos Kolesny relata que, embora o volume de água ainda não tenha invadido residências ou estabelecimentos, o medo de uma nova enchente já afeta o dia a dia do bairro. “As pessoas estão apavoradas. Tem muito mais pânico e receio do que a situação real, mas o temor é grande. Quando começa a chover, todo mundo já fica mandando mensagem, perguntando se as ruas estão alagadas”, conta.

De acordo com ele, a água tem vertido por frestas das tampas de bueiro, principalmente em pontos onde a prefeitura colocou chapas metálicas e sacos de areia (os chamados bags) para conter o refluxo do lago. “O problema é que essas tampas precisariam ter vedação de borracha. Sem isso, qualquer frestinha vira passagem para a água”, explica Kolesny.

O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) confirma o extravasamento de água nos con-

duto forçados das ruas Polônia e Álvaro Chaves e na Voluntários da Pátria, todos ligados ao sistema de drenagem da região. Segundo o órgão, um projeto de reforço nas estruturas foi contratado após a enchente histórica de maio de 2024 e está em fase final de licitação, com investimento previsto de R\$ 1,2 milhão. Questionado sobre o prazo para conclusão e se os alagamentos devem continuar enquanto as obras não forem executadas, o Dmae não respondeu.

O refluxo das águas no Quarto Distrito não é um fenômeno novo, mas voltou a ocorrer com grande intensidade pela primeira vez desde as cheias do ano passado, que deixaram bairros inteiros debaixo d'água. Segundo Kolesny, quatro pontos são os mais afetados nesta quinta: próximo à ponte do Guaíba, junto ao Trensurb; na esquina da Polônia com a Voluntários da Pátria; na Álvaro Chaves; e na Almirante Tamandaré.

Apesar da “gravidade controlada”, o comerciante aponta que os alagamentos pontuais e o pânico da população já impactam a economia local. “Tem gente que evita vir ao Quarto Distrito porque acha que está tudo alagado ou que vai ficar preso. Muitos comércios já sofreram com a enchente passada e seguem lutando para sobreviver”, afirma. Ainda segundo ele, a previsão de mais instabilidade nos próximos dias, preocupa muito a comunidade. Além da Zona Norte, outros pontos da Capital também sofrem com os efeitos da cheia. No bairro Praia de Belas, por exemplo, o acúmulo de água ocupou parte das calçadas e até áreas internas de prédios no cruzamento da rua Doutora Rita Lobato com a Borges de Medeiros.

Justiça autoriza retomada de obras no dique do Sarandi

/ OBRAS

A prefeitura de Porto Alegre anunciou nesta quinta-feira que a Justiça autorizou a retomada da demolição das casas já desocupadas e em escombros localizadas junto ao dique do Sarandi para permitir as obras emergenciais de reparo. Na quarta-feira, o prefeito Sebastião Melo havia afirmado que pretendia descumprir a decisão judicial e demolir as casas mesmo sem autorização do Judiciário.

A decisão do juiz Mauro de Borba, do Núcleo de Justiça 4.0 - Enchentes manteve a proibição de desocupação das casas ainda ocupadas, indo contra o desejo do

prefeito. Seis famílias permanecem no local. A prefeitura afirma que irá recorrer da decisão e voltar a pedir a desocupação das edificações ainda ocupadas.

“Vamos retomar o mais rapidamente possível as intervenções na área de casas desocupadas no Sarandi para dar sequência à recuperação, assim como a que já entregamos no dique da Fiergs. Importante ficar claro que é um avanço parcial, porque a obra que representará segurança para milhares de moradores da região Norte só pode ser concluída com a remoção das últimas moradias remanescentes”, afirma o prefeito.

A interrupção das obras de

recuperação do dique ocorreu por decisão judicial em março deste ano. Segundo a prefeitura, das 57 famílias que moravam na rua Aderbal Rocha de Fraga junto ao dique, 36 haviam assinado o termo de demolição e encaminharam os trâmites para o atendimento habitacional definitivo, por meio do programa Compra Assistida.

Durante as negociações, a prefeitura ofereceu aos moradores a opção do Estadia Solidária, que consiste no pagamento de R\$ 1 mil no prazo de 12 meses ou o atendimento habitacional definitivo pelo governo federal.

As obras emergenciais visam



Desejo do prefeito Melo era derrubar, inclusive, casas ainda ocupadas

à elevação da cota da estrutura à marca de 5,8 metros - nível superior ao registrado na cheia histórica. Em 3 de janeiro, a primeira etapa foi concluída, compreendendo o trecho de 1,1 quilômetro localiza-

do entre as Estações de Bombeamento de Águas Pluviais (Ebaps) 9 e 10. Enquanto isso, no trecho que permanece habitado, a cota de proteção ainda varia entre 4 e 4,5 metros.